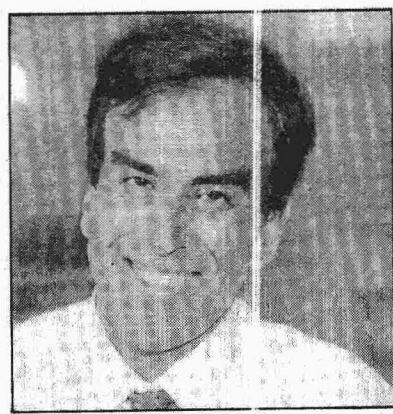


Neste segundo semestre, deve acontecer um pequeno aumento na oferta de emprego, mas isso em apenas alguns setores e nas faixas salariais mais baixas, até Cr\$ 50 mil.

As novas contratações deverão ocorrer nas indústrias exportadoras — como as de papel e celulose, mineração, suco de laranja — e também naquelas que tiveram sua produção reprimida no primeiro semestre — como as montadoras de veículos e suas fornecedoras, entre elas a indústria de fundição e fabricantes de autopeças.

As empresas da área de alimentos também devem fazer contratações, mas apenas aquelas envolvidas na produção de alimentos de consumo popular. A manutenção do baixo poder aquisitivo da população deve inibir o consumo e a consequente produção de produtos alimentícios diferenciados e mais sofisticados.

O número de empregos na



**Julio Lobos**  
Consultor de Relações Trabalhistas

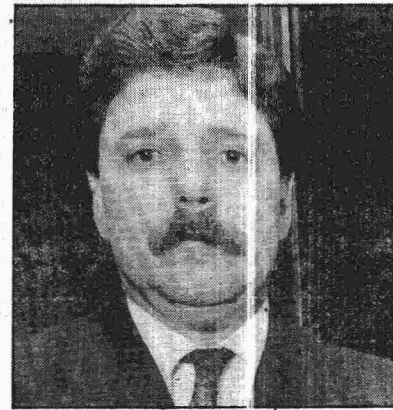
faixa salarial entre Cr\$ 50 mil e Cr\$ 500 mil deverá manter-se estável, mas pode ainda diminuir para salários acima de Cr\$ 500 mil. Isso porque as indústrias, neste segundo semestre, deverão trabalhar apenas para repor estoques, o que concentra suas necessidades maiores de mão-de-obra na linha de produção.

## NEGÓCIOS

Em comparação com o primeiro semestre deste ano, o segundo será sem dúvida melhor para os negócios. A quantidade de dinheiro em circulação na economia aumentará como resultado da liberação mensal dos cruzados novos. Haverá uma ferveria disputada por eles: de um lado, estará o sistema bancário, disposto a reconduzir o dinheiro para o mercado financeiro; de outro, se postará o comércio, na tentativa de abocanhar uma fatia ponderável dele. A aspera concorrência impedirá uma explosão inflacionária.

As vendas melhorarão, mas não se deve ter ilusões. A economia conviverá com uma demanda reduzida por uns dois ou três anos, conhecendo apenas espasmos na ampliação do consumo.

A grande maioria das empresas já está equipada para enfrentar esse horizonte. Elas estão saindo da pior fase da recessão com o



**Darío Guaglianone**  
Sócio-diretor da Arthur Andersen, consultoria empresarial

caixa equilibrado. E o relacionamento entre indústria e comércio abandonou a frieza em favor de um estilo de parceria. O comércio não se estoca — quando há um pique de consumo, o seu parceiro é capaz de supri-lo rapidamente com a mercadoria desejada.

## ECONOMIA

No segundo semestre do ano podemos contar com o Plano Collor III. Se o governo não agir, se não baixar nenhum pacote e promover mudanças mais profundas na economia, o nível de atividade econômica vai continuar crescendo, ainda que timidamente, e a inflação deve avançar num ritmo mais acelerado.

No entanto, não convém trabalhar com essa hipótese. Afinal, o governo terá que conceder reajustes ao funcionalismo, terá que rever o câmbio que está atrasado, terá que se programar para pagamento da dívida externa. Tudo isso deve provocar o crescimento do déficit público e dificultar a condução da política monetária (controle de dinheiro na economia). E na tentativa de administrar todos esses entraves, o governo será forçado a adotar um novo plano econômico. Sem deixar de dar uma atenção especial à produção agrícola, já que o preço dos alimentos tem peso importante na inflação, e o processo de importação não é tão simples como se imagina.

Mas além disso, não se pode

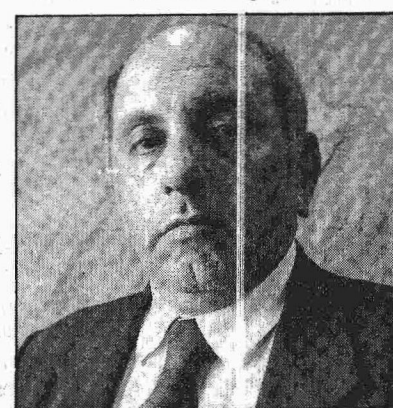


**Antônio Delfino Netto**  
Deputado federal e presidente nacional do PDS

esquecer de que vai ocorrer o início da liberação dos cruzados novos. Se o governo não conseguir controlar o fluxo desse dinheiro todo, e não sustentar as taxas de juros, poderá haver uma corrida para o consumo, o que traz riscos quando conjugado com a liberação de preços. Aliás, o governo deveria aproveitar para liberar todos os preços neste momento, em que existe uma forte retração da demanda. Mesmo porque o congelamento que está aí é maquiado.



## EXPORTAÇÃO



**Michel Abdé Alabi**  
Consultor em Comércio Exterior suas mercadorias.

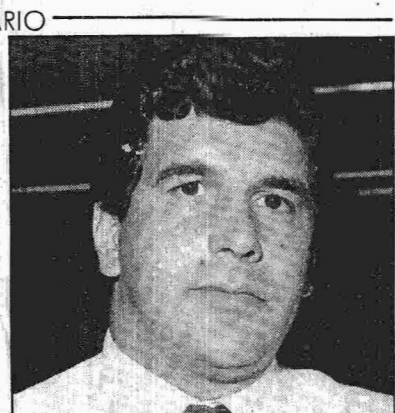
E há ainda um terceiro fator que, se não for amadurecido em setembro, com a devolução dos cruzados, pode contribuir para o

incremento das exportações: a continuidade da recessão do mercado interno.

Esse maior fôlego das exportações no segundo semestre pode significar mais emprego. Um estudo que fez em 1980, para a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), demonstrou que cada bilhão de dólares de produção exportável gerava na época 130 mil novos empregos no Estado. Hoje, esse número deve ser de cerca de 100 mil empregos. Em função das exportações, o aumento da oferta de emprego poderá ser mais visível em setores como papel e celulose, calçados, produtos siderúrgicos, autopeças, café, alumínio, minérios.

## PREPARE-SE PARA O SEGUNDO SEMESTRE

O primeiro semestre deste ano foi mesmo de alguns recordes negativos. Por exemplo, o Produto Interno Bruto, medido pelo IBGE, apresentou a maior queda (6,87%) num período de doze meses, desde a década de 40, quando



**Antônio Correa Lacerda**  
Diretor técnico da Ordem dos Economistas de São Paulo e professor de Economia da PUC-SP

começou a ser medido; o nível de emprego caiu 11,2% em São Paulo; e todo o mundo sentiu o sufoco na pele, no salário baixo, no dinheiro curto e, sobretudo, na falta de perspectivas.

O segundo semestre

começa com um pouco mais de esperança porque dá para contar com o retorno gradativo dos cruzados novos e, até mesmo um pouco por conta disso, os empresários e quem está aí no mundo dos negócios está sentindo uma certa melhora na economia.

Mas, não dá para negar, ninguém sente firmeza na recuperação definitiva da economia. O déficit público continua aí, teimosamente produzindo inflação, e isso preocupa porque ninguém tem segurança a respeito de quanto o dinheiro do mês vai

ser capaz de pagar e se isso vai provocar ou não mais calotes, mais confiscos, mais imposto a pagar para o governo.

Nestas duas páginas, você encontra a opinião de especialistas a respeito de como vai ficar sua vida nesta

segunda metade do ano em cada uma das suas principais preocupações: salário, emprego, aplicações financeiras, investimentos em imóveis, carro, negócios e por aí fora. E, na página 2, você também tem um comentário a respeito do assunto.

## AUGUEL



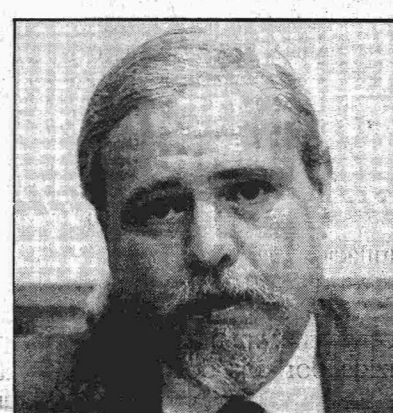
**Roberto Capuano**  
Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis SP (Creci) já-lo dentro das regras atuais (impossibilidade de reaver o seu imóvel no término do contrato e reajustes dos aluguéis defasados em relação à inflação); do outro, os inquilinos em potencial, que não conseguem alugar um imóvel, por não poderem arcar com os preços dos aluguéis dos imóveis ofertados.

Para o mercado de locação de imóveis residenciais, a expectativa é de volta gradativa à normalidade, no segundo semestre deste ano. A aprovação da nova lei do inquilinato na Câmara dos Deputados já é uma sinalização de que vai haver mudanças na legislação. E com regras definitivas para reger os contratos de locação, principalmente a possibilidade de o proprietário reaver o seu imóvel ao término do prazo contratual, a oferta de imóveis para locação deve aumentar e, consequentemente, os preços dos aluguéis iniciais tenderão a cair.

No momento, o setor vem enfrentando uma situação bastante difícil, provocada pela escassez de imóveis para alugar e preços superdimensionados. De um lado, estão os proprietários, que muitas vezes preferem deixar o seu imóvel fechado a alu-

## IMÓVEIS

O mercado imobiliário deverá assistir a uma recuperação mais expressiva neste semestre. E isso deve verificar-se nos setores residencial, comercial e industrial e por conta, basicamente, de três fatores: 1º) esse segmento vem de um longo período de retração e alguns sinais de reação já estão sendo verificados atualmente; 2º) esse movimento deverá ganhar novo impulso a partir de setembro com a liberação dos cruzados novos. Uma boa parcela desse dinheiro, que estava reservada para a compra de um imóvel, a benefícios passará a ser reajustada para a construção de estabelecimentos comerciais ou de sedes industriais, deve ser destinada, agora, para esses fins; 3º) os preços dos imóveis estão deprimidos, o que tende a estimular o proprietário de cruzados novos a aproveitar para realização de bons negó-



**Luís Antônio Pompéia**  
Presidente da Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio. Os preços dos imóveis em 1991 estão abaixo dos níveis praticados nos dois últimos anos. Assim, o dinheiro confiscado em março de 1990 poderá comprar alguns metros quadrados a mais por ocasião do seu desbloqueio.

## CARRO

O reajuste dos preços do carro zero-quilômetro deverá ser submetido às câmaras setoriais por mais alguns meses. Com isso, não é prevista nenhuma disparada de preços e o mercado tende a se acalmar gradativamente. E, se essa expectativa não for frustrada por alguma paralisação ou queda na produção da indústria automobilística, poderá até aparecer pela frente uma boa oferta de veículos, acima da demanda. Consequentemente, o ágio, que permanece sendo praticado nos modelos populares, estaria com seus dias contados.

Se de fato houver um crescimento da produção, ao mesmo tempo em que deverão estar chegando às revendedoras a linha 92, prevista para agosto, poderão voltar as promoções: supervalorização do usado na troca pelo novo, descontos e facilidades no pagamento. E nem mesmo a liberação dos cruzados novos, a partir de setembro, que potencialmente aquecerá as vendas, deverá ini-

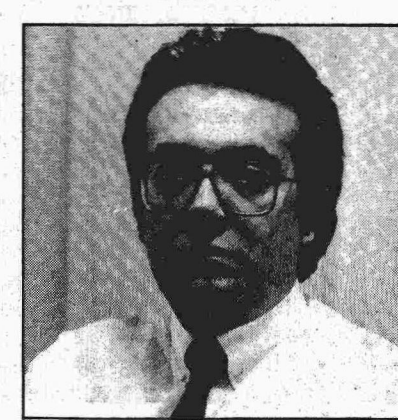


**Naul Ozi**  
Diretor de Vendas e Marketing da Carraig Veículos

bir essas promoções. O valor do usado, por sua vez, deverá ficar condicionado à subida do preço do novo.

Quem apostar nessas possibilidades, então, pode levar vantagem se esperar um pouco mais para comprar ou trocar de carro. Tudo indica que as condições tendem a ser mais atrativas. Para vender, no entanto, o momento atual pode ser interessante.

## CRÉDITO



**Luís Burrell**  
Gerente geral da área de crédito do Jumbo Eletro

Neste segundo semestre, é bastante provável que as taxas de juros no mercado de crédito ao consumidor, atualmente em torno de 22% ao mês, recuem um ou dois pontos percentuais. Mas essa queda depende de que se confirmem as expectativas de que a inflação não terá muito fôlego nos próximos meses, ficando estacionada na faixa entre 9 e 10% ao mês no período.

Nessa hipótese, a queda dos juros nesse mercado poderia ser mais significativa. Mas isso só vai acontecer se o governo ampliar os limites de crédito que as financeiras e os bancos estão sendo obrigados a observar nas suas linhas de crédito pessoal e direto

desde maio do ano passado. Esse contingenciamento diminui a oferta de dinheiro para as linhas



## MERCADO FINANCEIRO

## OURO

O período de tranquilidade macroeconômica, que tem mantido os preços do ouro bem comportados, pode acabar em setembro, com a liberação da primeira parcela de cruzados novos. Mas antes de avaliar o que vai acontecer com os preços de ouro e dólar, é preciso saber o que o governo vai fazer para manter esse dinheiro ancorado em aplicações financeiras.

É provável que, até lá, sejam adotadas uma série de incentivos para capturar os cruzados libertados. Mas não seria com estímulos calculados numa rentabilidade mais elevada, por exemplo, que

se evitaria uma fuga dos recursos para os ativos de risco. Para isso é necessário neutralizar a desconfiança nas aplicações financeiras. Uma das formas, senão a única, de restaurar a credibilidade seria o anúncio oficial, pelo governo, de que não vai haver mais nenhum congelamento e tampouco bloqueios de poupança. E, como um compromisso formal desses parece descartado, parcela de cruzados libertados devem tomar o rumo do mercado de ouro. Ainda que isso possa acontecer, não se poderia apostar numa explosão de preços.

## DÓLAR



**Clarice Pedman**  
Diretora da Associação Nacional de Empresas Creditícias em Câmbio (Anec)

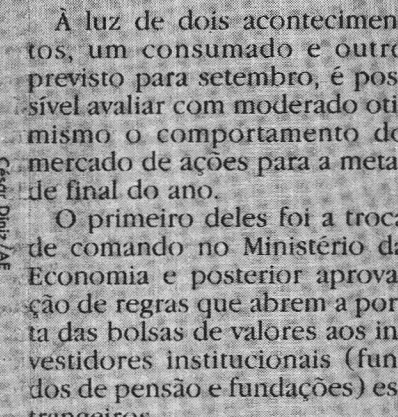
As cotações no câmbio negro devem seguir a tendência atual. Mas podem avançar com maior fôlego, dependendo do quadro macroeconômico deste segundo semestre. Três fatores básicos devem definir esse cenário e levar, eventualmente, a uma alta mais forte da inflação. E, por tabela, reacquear o black. O primeiro é a questão salarial, com a recomposição dos salários de categorias mais fortes que têm dissídio entre setembro e novembro; o segundo, a questão fiscal, em que desponta maior pressão de gastos e o governo precisa



**Yoshiaki Nakano**  
Consultor de empresas e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

ter controle de caixa, para não ter necessidade de emitir títulos; e terceiro, a liberação dos cruzados. Dada a dificuldade do governo de administrar esse conjunto de questões, é provável que, por aí, os preços do dólar tenham uma evolução mais favorável que no primeiro semestre. Mas não se espera um estacão do ágio, como em 1988 e 1989, quando rompeu os 200%. A poupança financeira despencou de cerca de 40% do PIB, naquele período, para cerca de apenas 12%. E o dinheiro a ser atraído para o dólar também ficou menor.

## BOLSA



**Jorgi Kawasaki**  
Diretor de Mercado de Capitais do Citibank

A luz de dois acontecimentos, um consumado e outro previsto para setembro, é possível avaliar com moderado otimismo o comportamento do mercado de ações para a meta de final do ano. O primeiro deles foi a troca de comando no Ministério da Economia e posterior aprovação de regras que abrem a porta das bolsas de valores aos investidores institucionais (fundos de pensão e fundações) estrangeiros.

Mudança na equipe econômica recuperou o crédito à renegociação da dívida externa e

criou, por tabela, uma expectativa favorável à retomada de crescimento da economia interna para o segundo semestre e, principalmente, para o próximo ano. E parece razoável esperar que as bolsas venham a antecipar e reagir a essa perspectiva de recuperação econômica ao longo dos próximos meses.

O segundo evento favorável ao mercado de ações, marcado para o mês de setembro, é a liberação da primeira parcela dos cruzados novos. A volta desse dinheiro pode causar algum impacto sobre a inflação, mas pode significar também recursos adicionais aos mercados de ações.

## RENTA FIXA

As taxas de juro tendem a permanecer em torno dos atuais níveis pelo menos até agosto. Em setembro, vai haver um forte aumento da base monetária (emissão de cruzeiros) para a devolução de cruzados. Parcela desse dinheiro de volta à praça deve ir para os títulos bancários. E isso vai levar fatalmente a uma queda das taxas de juro de CDB. Ainda assim, e mesmo com uma alta moderada da inflação, por que o governo deve trabalhar com



**Vilor Paranhos**  
Diretor de Mercado de Capitais e de Finanças Corporativas do Banco Nacional

uma política fiscal e monetária austera, a rentabilidade de CDB prefixados deve permanecer compatível com a inflação corrente, embora com margem real mais estreita. O corte nos juros reais vai atingir também os títulos bancários pós-fixados corrigidos pela taxa referencial (TR). Para quem está formando poupança de longo prazo, esses papéis poderiam ser substituídos pelos títulos indexados ao IGP-M. Essas aplicações pós-fixadas, por sua vez, superior a um ano, devem render o IGP-M mais juros de 18 a 20% ao ano a partir de setembro. Até agora, os CDB remunerados pelo IGP-M ficaram fora do alcance de tablitais.